

Henrique Savonitti Miranda

REGIME JURÍDICO  
DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DA UNIÃO

LEI Nº 8.112/1990



ALUMNUS

2012

Miranda, Henrique Savonitti

Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União. – Lei nº 8.112/1990. Henrique Savonitti Miranda. – Brasília : Alumnus, 2012.

328 p.; 22,8 cm.

ISBN 978-85-65295-18-5

I. Direito Administrativo. II. Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União.

CDU 340

© 2012, Alumnus, uma editora do grupo LeYa.

**Diretoria Editorial:** Engels Rego / Antonio Geraldo Pinto M. Junior

**Gerência Editorial:** Mariana Carvalho

**Editoria e Produção Editorial:** Maria Neves

**Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Revisão:** M&B Serviços Editoriais

**Capa: (Projeto gráfico, criação e ilustração):** MSDE / Manu Santos Design Estratégico

[www.alumnus.leya.com.br](http://www.alumnus.leya.com.br)

# Sumário

---

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
--------------------------	-----------

<b>CAPÍTULO I – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
---	-----------

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS.....	19
2.1 Agentes Políticos.....	20
2.2 Agentes Profissionais.....	21
2.2.1 Servidores públicos.....	22
2.2.2 Servidores vitalícios.....	22
2.2.3 Empregados públicos.....	23
2.2.4 Agentes temporários.....	24
2.2.5 Agentes militares.....	25
2.3 Particulares Colaboradores.....	25
2.3.1 Agentes honoríficos.....	26
2.3.2 Delegatários de serviços públicos.....	26
2.3.3 Gestores voluntários.....	27
EXERCÍCIOS.....	27
GABARITO.....	30

<b>CAPÍTULO II – CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>31</b>
---	-----------

1. INTRODUÇÃO.....	31
2. CRIAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....	32
EXERCÍCIOS.....	33
3. ACESSIBILIDADE A CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....	36
3.1 Exigência de Concurso Público.....	37
3.2 Prazo de Validade do Concurso Público e Direito à Nomeação.....	37
EXERCÍCIOS.....	39
4. PROIBIÇÃO DE ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....	45
4.1 Exceções à Proibição de Acumulação Remunerada.....	45
4.2 Condições para a Acumulação Remunerada.....	47

4.3	Possibilidade de Percepção Simultânea de Remuneração e Proventos de Aposentadoria .....	48
	EXERCÍCIOS .....	49
5.	ESTABILIDADE .....	52
5.1	Estágio Probatório.....	53
5.1.1	Posição da Advocacia Geral da União.....	53
5.1.2	Posição inicial do Superior Tribunal de Justiça e do Ministério do Planejamento .....	54
5.1.3	A Medida Provisória nº 431/2008.....	55
5.1.4	Novo posicionamento do STJ e do STF.....	55
	EXERCÍCIOS .....	57
	GABARITO.....	61

### **CAPÍTULO III – PROVIMENTO, INVESTIDURA, EXERCÍCIO E VACÂNCIA.....63**

1.	LEI FEDERAL Nº 8.112/1990 .....	63
1.1	Aplicabilidade da Lei Federal nº 8.112/1990 ao âmbito do Distrito Federal ..	64
1.2	Diferenças Preexistentes entre o Estatuto Federal e o Distrital.....	66
1.3	Diferenças Introduzidas pela Lei Complementar nº 840/2011 .....	68
2.	PROVIMENTO.....	72
2.1	Formas de Provimento quanto à Durabilidade .....	72
2.2	Formas de Provimento quanto à Origem.....	73
2.2.1	Provimento autônomo ou originário.....	73
2.2.2	Provimento derivado .....	73
2.2.2.1	Provimento derivado vertical.....	74
2.2.2.2	Provimento derivado horizontal.....	74
2.2.2.3	Provimento derivado por reingresso.....	75
3.	INVESTIDURA .....	80
3.1	Obrigatoriedade da Entrega da Declaração de Bens .....	81
4.	EXERCÍCIO.....	82
	EXERCÍCIOS .....	83
5.	VACÂNCIA .....	95
	EXERCÍCIOS .....	104
6.	REMOÇÃO.....	97
7.	REDISTRIBUIÇÃO.....	98
8.	SUBSTITUIÇÃO.....	99
	EXERCÍCIOS .....	99
	GABARITO.....	104

## **CAPÍTULO IV – DIREITOS E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

<b>DA UNIÃO</b> .....	105
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	105
<b>2. VANTAGENS DE ORDEM PECUNIÁRIA</b> .....	105
2.1 Subsídio .....	106
2.1.1 Teto remuneratório da Administração Pública brasileira.....	107
2.1.2 Teto remuneratório para Estados, Distrito Federal e Municípios...	108
2.2 Vencimento .....	108
2.3 Remuneração .....	109
2.3.1 Retribuições .....	112
2.3.2 Gratificações.....	112
2.3.2.1 Gratificação natalina.....	112
2.3.2.2 Gratificação por encargo de curso ou concurso .....	113
2.3.3 Adicionais.....	114
2.3.3.1 Adicionais por atividades insalubres, perigosas ou penosas..	115
2.3.3.2 Adicional por serviço extraordinário.....	116
2.3.3.3 Adicional por serviço noturno.....	116
2.3.3.4 Adicional de férias .....	116
2.3.4 Indenizações.....	117
2.3.4.1 Ajuda de custo .....	117
2.3.4.2 Diárias .....	118
2.3.4.3 Transporte.....	119
2.3.4.4 Auxílio-moradia.....	119
<b>EXERCÍCIOS</b> .....	121
<b>3. DIREITOS DE AUSÊNCIA AO SERVIÇO</b> .....	130
3.1 Férias.....	130
<b>EXERCÍCIOS</b> .....	131
3.2 Licenças .....	133
3.2.1 Licença por motivo de doença em pessoa da família.....	135
3.2.2 Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro ..	136
3.2.3 Licença para o serviço militar.....	137
3.2.4 Licença para atividade política .....	137
3.2.5 Licença para capacitação profissional.....	138
3.2.6 Licença para tratar de assuntos particulares.....	139
3.2.7 Licença para desempenho de mandato classista .....	140
3.2.8 Licença à gestante.....	140
3.2.9 Licença à servidora adotante .....	141
3.2.10 Licença-paternidade.....	142

3.2.11 Licença para tratamento da própria saúde .....	142
3.2.12 Licença por acidente em serviço.....	143
EXERCÍCIOS .....	144
3.3 Afastamentos .....	149
3.3.1 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade.....	150
3.3.2 Afastamento para exercício de mandato eletivo .....	151
3.3.3 Afastamento para estudo ou missão no exterior.....	152
3.3.4 Afastamento para participar de programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil.....	152
EXERCÍCIOS .....	153
3.4 Concessões .....	158
EXERCÍCIO.....	158
4. APOSENTADORIA.....	158
4.1 Modalidades de Aposentadoria.....	159
4.1.1 Aposentadoria por invalidez.....	159
4.1.2 Aposentadoria compulsória.....	160
4.1.3 Aposentadoria voluntária.....	161
4.1.3.1 Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) .....	162
4.2 Aposentadorias Especiais.....	164
4.3 Regras de Transição para Aposentadoria dos Servidores .....	165
4.3.1 Preenchimento dos requisitos antes da publicação da Emenda Constitucional n° 41/2003.....	166
4.3.2 Ingresso no serviço público antes da entrada em vigência da Emenda Constitucional n° 20/1998 .....	166
4.3.3 Ingresso no serviço público antes da entrada em vigência da Emenda Constitucional n° 41/2003 .....	167
5. PENSÃO.....	168
EXERCÍCIOS .....	168
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	179
7. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	181
8. TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO .....	185
9. SINDICALIZAÇÃO E DIREITO DE GREVE .....	186
GABARITO.....	188

## **CAPÍTULO V – REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO .....**

1. INTRODUÇÃO .....	189
---------------------	-----

2. PENALIDADES DISCIPLINARES .....	189
2.1 Advertência.....	190
2.2 Suspensão.....	192
2.3 Demissão.....	192
2.4 Cassação de Aposentadoria ou Disponibilidade .....	194
2.5 Destituição de Cargo em Comissão .....	194
2.6 Destituição de Função Comissionada.....	194
3. DA RESPONSABILIDADE PELA SONEGAÇÃO, UTILIZAÇÃO OU DIVULGAÇÃO INDEVIDA DE INFORMAÇÃO SIGILOSA – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA .....	195
EXERCÍCIOS .....	197
4. RESPONSABILIDADES CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA .....	208
4.1 Comunicabilidade de Instâncias.....	209
EXERCÍCIOS .....	211
5. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E O PODER DISCIPLINAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	216
5.1 Sindicância.....	217
5.2 Processo Administrativo Disciplinar (PAD) Ordinário .....	218
5.2.1 Afastamento preventivo .....	218
5.2.2 Fases do PAD .....	218
5.2.2.1 Instauração .....	219
5.2.2.1.1 Impedimento e suspeição .....	220
5.2.2.2 Inquérito administrativo .....	221
5.2.2.3 Julgamento.....	223
5.2.3 Revisão.....	225
5.3 Processo Administrativo Disciplinar (PAD) Sumário .....	226
5.4 Competência para Aplicação das Penalidades Disciplinares .....	227
5.5 Prescrição .....	228
EXERCÍCIOS .....	230
GABARITO.....	242
 <b>CAPÍTULO VI – LEGISLAÇÃO</b> .....	 243
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 .....	243
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012.....	309
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	 323